

## Palestra

### REUNIÃO PLENÁRIA INTERNACIONAL

13 DE JUNHO 2019 – SEMINÁRIO DIOCESANO DE VILAR (PORTO)

#### O TÍTULO DA CONFERÊNCIA

Sinto-me muito honrado por ter sido convidado a participar nesta importante reunião anual da Sociedade de São Vicente de Paulo para partilhar com todos vós algumas reflexões sobre “O papel do laico na Igreja de Francisco”. Agradeço de modo especial ao Presidente Renato Lima de Oliveira e aos seus colaboradores, por este convite, que aceitei com muito prazer.

Aviso no título da Conferência que me foi proposta duas vertentes inseparáveis na vocação, tradição e missão da vossa Sociedade. Por um lado pedem-me que fale de “laicos” e sei muito bem quanto a laicidade resulta essencial, congenial, típica para a vossa experiência associativa. E isso desde as origens fundacionais do seu carisma no tempo de António Frederico Ozanam e dos seus amigos. Ozanam é um grande santo laico para ontem, hoje e amanhã. Rezemos muito para que chegue depressa a sua canonização. Como li num dos vossos escritos, foi um “grande profeta, porque há mais de 170 anos falar de uma organização de laicos realizando uma ação eclesial era inconcebível”. Com efeito, a vossa experiência original resultou surpreendente numa Igreja caracterizada por um forte clericalismo em tempos de cerco por uma cultura agressivamente secularizante. Ozanam, os seus amigos e sucessores antecipam e fecundam, ao mesmo tempo, o redescobrimento do laicado que converge nos ensinamentos do Concílio Ecuménico Vaticano II. Essa vossa característica deve ter sido guardada e defendida na vossa história, até aos nossos dias, para evitar abraços eclesiásticos desrespeitosos e deformadores.

A segunda referência do título é... “Na Igreja do Papa Francisco”. E entende-se bem o que quer dizer, ainda que preferiria que se dissesse: nos tempos do Pontificado do Papa Francisco, porque a Igreja não é do Papa Francisco mas sim somente de Jesus Cristo. O que se entende claramente desta segunda parte do título é outra vertente da vossa história: a laicidade nunca se opôs à eclesialidade, à plena pertença à Igreja, a uma participação ativa na comunhão e missão eclesiais. Daí todas as mensagens de bênção e encorajamento que a SSVP recebeu no decorrer das décadas dos sucessivos pontífices e de episcopados.

No entanto, é muito importante que se faça agora referência explícita ao Papa Francisco, porque é o sucessor de Pedro, Vigário de Cristo, Bispo de Roma e Pastor universal, que



Deus quis para esta hora da Igreja e de toda a humanidade e porque lhe manifestamos toda a nossa comunhão afectiva e efectiva.

### CHRISTIFIDELES LAICOS

Certamente que vós tendes presente o último grande documento eclesial referindo-se especialmente aos laicos. Refiro-me à Exortação Apostólica pós-sinodal “Christifideles laici”. Foi uma Carta Magna para o laicado católico no final do milénio, mas continua tendo toda a sua vigência e actualidade nos nossos dias.

Contudo, é interessante observar que nestes 6 anos de pontificado, o Papa Francisco falou relativamente pouco dos laicos, enquanto tematização explícita, ainda que obviamente incluídos em todas as suas homilias, catequeses e mensagens referidas a todos nos cristãos, a todo o “Santo Povo fiel de Deus”. Não há dúvida que o Papa só usa, de forma comedida e quando necessário, o termo “laicos”, pois prefere aquele apelativo de “cristãos” que, desde a Igreja de Antioquia até à actualidade, expressa a sua identidade de forma muito mais significativa. Falar de “laicos” é falar, em primeiro lugar, de batizados e invocar o “Santo Povo fiel de Deus”. Assim o diz o Santo Padre na sua linguagem muito direta quando assinala - na sua carta ao Cardeal Marc Ouellet, de 20 de março de 2016 - que “todos entramos na Igreja como laicos. O primeiro sacramento, que sela para sempre a nossa identidade e do qual deveríamos estar sempre muito orgulhosos, é o do batismo. Por ele e com a unção do Espírito Santo (os fiéis) ficam consagrados como casa espiritual e sacerdócio santo (cfr. L.G., 10). A nossa primeira e fundamental consagração - recorda-nos o Papa Francisco - tem as suas raízes no batismo. Ninguém foi batizado padre ou Bispo. Batizaram-nos laicos e esse é o signo indelével que nada nem ninguém poderão eliminar”.

Por isso mesmo a Exortação Apostólica pós-sinodal, que se seguiu à Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, reunida em outubro de 1987 para tratar da missão dos laicos na Igreja e na sociedade, apresentou-se sob o título “Christifideles laici”. Já não apenas “laicos” mas acima de tudo “christifideles”. Não apenas uma mera questão terminológica, mas valorizada de profundas implicações teológicas e pastorais. Este substantivo “christifideles”, “em Cristo”, expressa o signo essencial e distinto da existência eclesial do batizado, do cristão, prévio e mais radical, originário e decisivo no que respeita a qualquer posterior distinção entre estados de vida, ministérios, carismas e funções. O ser em Cristo, ou seja o viver e seguir Cristo como discípulos e missionários - diria o documento da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, na Aparecida - pertence em si e por si, a todos os batizados: laicos, religiosos e pastores. Há textos fundamentais daquela exortação pontifícia pós-sinodal que podem colocar-se em profunda sintonia com o que o Papa Francisco propôs nesta carta: “Estar inserido em Cristo por meio da fé e dos sacramentos de iniciação cristã é a primeira raiz que origina a nova condição do cristão no mistério da Igreja, que constitui a sua mais profunda ‘fisionomia’, que está na base de todas as vocações e do dinamismo da vida cristã dos fiéis laicos” (n. 9) Por isso não se exagera ao dizer que “a existência inteira do fiel laico tem o motivo de o levar a conhecer a radical novidade cristã que deriva do

batismo, sacramento da fé, para que possa viver as tarefas segundo a vocação recebida de Deus” (n. 10).

Um bom professor, como Don Luigi Giussani, quis afirmar isto terminantemente com a exclamação: “Laico, ou seja, cristão”. E vale a pena aquela notória declaração de Santo Agostinho, então Bispo de Hipona, no seu Sermão 340, quando afirmava: “Para vós sou Bispo, convosco sou cristão, Aquele nome expressa um dever, este uma graça; aquele implica um perigo, este a salvação”.

### O SANTO POVO DE DEUS

“Os laicos são parte do Santo Povo de Deus e, portanto, os protagonistas da Igreja e do mundo”, conclui a carta do Santo Padre ao Cardeal Ouellet. Falar de laicos invoca imediatamente o “Santo Povo de Deus”; é “invocar o horizonte ao qual estamos convidados a contemplar e de onde reflectir”. Impressiona a quantidade de vezes que o Papa faz alusão explícita, como com reverência, estima e ternura, ao “Santo Povo fiel de Deus, destacando a sua grandeza e beleza. Quando “desenraizamos (aos laicos) do Santo Povo de Deus, desenraizamo-los da sua entidade batismal e assim privamo-los da graça do Espírito Santo”.

Sem dúvida, o Papa Francisco retoma, resgata e repropõe a realidade do “Povo de Deus” segundo os ensinamentos do Concílio Ecuménico Vaticano II. Digo resgata não porque fosse negada, mas porque no decurso dos tempos pós-conciliares caiu em certo desuso para prevenir e evitar meras leituras sociológicas da sua realidade. Entretanto, o haver procedido à elaboração da Constituição dogmática sobre a Igreja, durante os trabalhos do Concílio Vaticano II, a antepor o capítulo sobre o povo de Deus àqueles referidos à hierarquia, aos laicos e aos consagrados, foi considerado por muitos comentaristas, com certa retórica altissonante, de “revolução copernicana”. Significava, na verdade, a superação da imagem piramidal da Igreja desde o vértice da hierarquia, donde tudo procedia, e os fiéis abaixo, a seguir as suas ordens como uma massa de receptores ou ainda mais executores dos desígnios hierárquicos (embora, todavia, ainda hoje persistem hábitos clericais que reduzem os laicos a servidores dos padres, a seus “mensageiros”, a fechá-los nas “sacristias” em auto-referencialidade eclesiástica).

A carta do Santo Padre menciona aqueles ensinamentos fundamentais da “Lumen Gentium”: “Não há, mais que um povo de Deus escolhido por Ele: um só Senhor, uma só fé, um só batismo (EF 4,5); comum é a dignidade dos membros pela sua regeneração em Cristo, comum a graça de adoção filial, comum a vocação à perfeição: não há mais que uma salvação, uma só esperança e uma caridade sem divisões” (n. 32). A comum e igual dignidade e co-responsabilidade de todos os batizados no Santo Povo de Deus: a sua identidade “é a dignidade e liberdade dos filhos de Deus, em cujos corações habita o Espírito Santo como num templo” - diz a carta, citando a “Lumen Gentium”, n. 9-! Na hora de refletir, pensar, avaliar, discernir, devemos estar muito atentos pois” - escreve o Papa na sua carta ao Cardeal Ouellet - o facto de que este Povo “está ungido com a graça do Espírito Santo (...). Por isso o clericalismo tem uma tendência a diminuir e desvalorizar a graça batismal que o Espírito Santo pôs no coração da nossa gente”. É

uma degeneração que segue sempre vigente como o demonstram os muito tristes abusos de poder que terminam a miúdo em crimes de abusos sexuais.

## VIVÊNCIAS DA ECLESIOLOGIA DO VATICANO II

No longínquo 18 de Abril de 1967, o Papa Paulo VI afirmava que “ o Concílio ratificou e ampliou a contribuição que oferecem os movimentos do laicado católico, há mais de um século, à Igreja peregrina e militante”. E, no mesmo sentido, São João Paulo II dirigindo-se às organizações nacionais do laicado, na sua primeira viagem apostólica ao México (janeiro de 1979), dizia o seguinte: “Vós sabeis bem como o Concílio Vaticano II recolhe aquela grande corrente histórica de ‘promoção do laicado’, aprofundando-a nos seus fundamentos teológicos, integrando-a e iluminando-a justamente com a eclesiologia da ‘Lumen Gentium’, convocando e exortando à participação ativa dos laicos na vida na vida e missão da Igreja”. Sabemos, com efeito, que esta corrente histórica – um dos acontecimentos mais significativos e relevantes do século XX eclesial – foi gerada e conheceu impulsos sucessivos no processo de amadurecimento da autoconsciência do ser e a missão da Igreja no nosso tempo, que convergiu e se expressou no Concílio Vaticano II. Na celebração do vigésimo aniversário da promulgação do decreto conciliar “*Apostolicam Actuositatem*” (18.XI/1965), que foi o primeiro documento de um Concílio dedicado inteiramente aos laicos, São João Paulo II ofereceu uma síntese iluminadora dos seus ensinamentos. Sublinhou “o pleno reconhecimento da dignidade e responsabilidade dos laicos, enquanto *christifideles*, enquanto incorporados em Cristo, ou seja enquanto membros do Seu Corpo, participantes deste mistério de comunhão, em virtude do sacramento do batismo e a confirmação, e do conseguinte sacerdócio comum e universal de todos os cristãos (...), chamados a viver, a testemunhar e a partilhar a potência da redenção de Cristo – chave e plenitude de sentido para a existência humana – no seio de toda a comunidade eclesial e em todos os espaços da convivência (...)”.

Depois, retomando estes ensinamentos, veio a Exortação Apostólica pós-sinodal “*Christifideles laici*” como carta magna. A carta do Papa Francisco ao Cardeal Ouellet prossegue estas reflexões com algumas inflexões e acentos que são características do seu pontificado.

As considerações do Papa Francisco sobre a dignidade e responsabilidade de todos os batizados no horizonte do Santo Povo de Deus superam certas interpretações redutivas das chamadas “teologias do laicado” que, nas primeiras fases imediatas do pós-Concílio, penderam a fundar o “específico” do laico na oposição, e inclusivamente contraposição, do sacerdote e do religioso. Destacando o valor da diferença, da diversidade, da especificidade, intentava-se exagerar sobre a “identidade laical”, destacando uma “espiritualidade laical”, uma formação laical”, o “compromisso laical”, a “autonomia dos laicos”, a exaltação da laicidade. “A hora dos laicos” – expressão então tão corrente, que o Papa retoma com uma boa dose de ironia – era a do reconhecimento da irrupção de setores laicais emergentes e entusiastas na cena eclesial. Tudo se definia e se pretendia julgar desde o terreno sensível de uma resistência crítica,

uma abertura de brechas e uma profunda renovação de uma Igreja considerada “clerical”, “piramidal”. Esta identidade específica definida por contraposição ofuscava o comum fundamento batismal e desarticulava o mistério de comunhão eclesial, muitas vezes apresentado de fato como o de corporações – clerical, consagrada e laical – em tensões e lutas por uma criteriosa delimitação de esferas de ação, por uma afirmação e redistribuição dos respectivos direitos, poderes e funções. Não se pode estranhar que as relações do clero e estas minorias laicais emergentes constituirão um campo de tensões, especialmente na vida paroquial.

Dali vieram as contraposições esquemáticas e desintegrantes entre “Igreja Povo” e “Igreja Hierarquia”, entre “Igreja comunidade” e “Igreja Sacramento”, entre “Igreja carismática” e “Igreja Instituição”.

Por acaso não ficam mentalidades residuais que reduzem a “promoção dos laicos” a um obsessivo reivindicacionalismo, como se a dita “promoção” - e este substantivo é já por si bastante ilustrativo - se concentrasse na procura ansiosa de maiores espaços, poderes e papéis dentro das estruturas eclesiais? Todavia, hoje em ambientes anglo-saxônicos fala-se frequentemente de “empowerment” dos laicos, não se referindo tanto ao poder do Espírito Santo na vida dos laicos quanto ao poder eclesial no sentido mundano.

Essa tendência conjugou-se com o fato de que, no que respeita à “hora dos laicos” e à “promoção do laicado”, a referência aos laicos foi-se reduzindo e concentrado em minorias laicais emergentes, as mais informadas e sensíveis no que se refere ao acontecimento conciliar, nas que se amontoavam e expressavam os entusiasmos e euforias, as oposições e conflitos, as experiências e buscas, as críticas e contestações dessa primeira fase pós-conciliar. Inclusivamente em França prevalecia a péssima distinção entre “laicos” e “laicado”. Estes últimos constituíam a expressão do laicado organizado, comprometido, militante, protagonista na Ação Católica e seus movimentos de ambientes, nas diversas instâncias eclesiais e nos seus compromissos sociais e políticos.

Os “laicos” ficavam na sombra Em muitas outras Igrejas distinguiram-se os “laicos militantes” dos simples “laicos praticantes” e estes dos “não organizados” e da “massa passiva dos fiéis”.

Resulta evidente que o Papa Francisco não gosta em absoluto que a referência aos laicos tenha que ser acompanhada por um qualificativo auto complacente, próprio de minorias iluminadas, como quando se fala de “laicos comprometidos”, “laicos militantes”, “laicos de idade adulta”... Como qualificar a sua avó Rosa, da qual faz frequentes referências em sua memória, como aquele elo fundamental através do qual a tradição católica se foi fazendo carne na sua vida? Não há que perder a memória agradecida da “fé simples” que sendo testemunhada na própria família, na comunidade paroquial, nas escolas e colégios, noutras comunidades, “foi chegando à nossa vida e fazendo-se carne”. O Papa Francisco não se refere à “pequena grei” como aos “poucos e bons”, aos puros e duros”, aos “coerentes”, “comprometidos” e “militantes” - muitas vezes à deriva neo-farisaica -, mas a um povo de eleitos e chamados, convocados e congregados por Deus, configurado por pobres pecadores convertidos por graça do Espírito Santo em

membros vivos do Corpo de Cristo. E como todo o povo, com uma composição de pessoas que vivem os mais diversos graus de associação e adesão, de participação e co-responsabilidade, todas chamadas a crescer no que fazem na sua vida e missão.

Por causa de tal redução elitista, as grandes maiorias do Santo Povo de Deus ficavam na penumbra e os seus modos tradicionais e muito arraigados de participação e religiosidades católicas mesmo depreciados, como resíduos de uma cristandade em decomposição. O verdadeiro laico aparecia somente em quem acumulava presenças, funções e ativismos nas estruturas eclesiais ou desenvolvia militâncias politizadas, enquanto muitíssimas e muito variadas realidades vivas de fé e caridade na comum vida quotidiana e nas formas arraigadas de piedade popular não eram quase consideradas. Por isso o Papa Francisco aprecia muito aquela volta teológica e pastoral operada por São Paulo VI quando revalorizou a “piedade popular” na extraordinária Exortação Apostólica “Evangelii Nuntiandi”, em 1975.

São numerosas as vezes nas quais o Papa Francisco cita, admirado, a “Evangelii Nuntiandi”, e recorda o capítulo sobre a “religiosidade popular” como o que mais aprecia no documento conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Aparecida (maio de 2007).

Para o Papa Francisco, seguindo essas pistas, trata-se da “fé do povo”, a modalidade de inculturação da tradição católica na história e na vida dos povos, especialmente dos pobres e simples. Manifesta-se nas suas expressões religiosas mas também, com toda a carga de inevitável ambiguidade, nas mais variadas dimensões da vida.

Assim o desenvolveu especialmente na Exortação Apostólica “Evangelii Gaudium”, retomando na carta ao Cardeal Ouellet estas significativas expressões: “uma cultura popular evangelizada contém valores de fé e solidariedade que podem provocar o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e crente e possui uma sabedoria popular que há que reconhecer com olhar agradecido”. “O Papa Paulo VI usa uma expressão que considero chave – conclui o Santo Padre Francisco na sua carta ao Cardeal Ouellet: há que estar muito atento à fé do nosso povo, às suas orientações, às suas buscas, desejos e anseios, porque quando se conseguem escutar e orientar-nos terminam manifestando uma genuína presença do Espírito”.

Por isso, exorta a que “confiemos no nosso Povo, na sua memória e no seu ‘olfato’, confiemos que o Espírito Santo atua neles e com eles, e que este Espírito não é “propriedade” da hierarquia eclesial” nem de minorias de “eleitos e iluminados”.

## UM RENOVADO ENCONTRO E CONVERSÃO

Desde o começo do pontificado, o Papa Francisco não faz mais que procurar todos os meios possíveis, movido pela graça do Espírito, pela sua experiência pastoral e pelo seu temperamento pessoal, para chegar ao coração das pessoas que encontra, para proteger e emocionar o santo povo que lhe foi confiado, para fazer emergir perguntas inquietantes

e anseios de bem, amor, verdade e justiça na aventura humana, para anunciar o Evangelho.” A sua “revolução evangélica” implica e requer uma dinâmica de conversões. Sobretudo, trata-se de uma conversão pessoal por um renovado encontro com Jesus Cristo. Di-lo de uma forma grave no início da sua Exortação “Evangelii Gaudium” quando “convida cada cristão, em qualquer lugar e situação em que se encontre, a renovar agora mesmo o seu encontro pessoal com Jesus Cristo ou, pelo menos, tomar a decisão de deixar-se encontrar por Ele, de o tentar todos os dias sem descanso” (n. 3).

Este é o convite urgido, essencial e central, em que se concentram todas as palavras, iniciativas e gestos do pontificado. Até mesmo aos Bispos, de Itália, começa perguntando-se: “Quem é para mim Jesus Cristo? Como marcou a verdade da minha história? Que diz d’Ele a minha vida?” Se não damos resposta a este convite, contentamo-nos apenas com os fogos artificiais e o anedotário do pontificado.

Ficamos pouco atentos ao que o Espírito está dizendo à Igreja e às Igrejas, a cada um dos batizados, mediante o testemunho, o magistério e o magistério do Papa Francisco. Nada pode ser dado para orçamento ou para desconto na fé dos cristãos; quando falta esse sempre renovado encontro com o Senhor, que se realiza como seguimento, familiaridade, comunhão, a adesão à tradição e valores cristãos, corre-se o risco de se deslizar para um clericalismo eclesiástico de velho ou novo selo como mera pertença a uma organização com fins religiosos e sociais.

O Papa Francisco quer especialmente, referindo-se aos cristãos, desestabilizar as suas tendências a professar um cristianismo formal, fardo tradicional, apegado apenas a alguns ritos, doutrinas e preceitos. Não faltam, pois, as referências aos cristãos de “vitrina”, de “confeitaria”, à “água de rosas”, a cristãos que vivem como pagãos, aos que “se evidenciam” aos cristãos derrotados, céticos, abatidos, tristes, porque perderam a esperança (cf. E.G. 76-86). O Papa quer, sem dúvida, desacomodar-nos, desestabilizarmo-nos de toda a assimilação e conformação do nosso cristianismo segundo o espírito do mundo, contaminado ideologicamente. Mais forte, no entanto, é a sua proposta a que sejamos dóceis ao Espírito de Deus, a que acolhamos as suas surpresas - e é o Papa o primeiro que certamente as acolhe - para lá das nossas seguridades materiais, espirituais, eclesiásticas. É o Espírito de Deus que nos conduz ao encontro com Jesus Cristo, com a mesma realidade, a mesma novidade, a mesma atualidade, o mesmo poder de persuasão e afeto, que o experimentado por Andrés e Felipe nas margens do lago Tiberíades.

(“Mestre, donde vives? ... Vem e segue-me”), pela samaritana no poço e sedenta de água viva, por Zaqueo subido na árvore e visitado pelo Senhor na sua casa, pela Magdalena comovida pela Sua presença misericordiosa, pelos discípulos de Emaús que sentem o coração ao reconhece-Lo.

É verdadeiro encontro com Cristo se vai mudando a nossa vida não obstante todas as minhas resistências e quedas. Se muda a minha relação com a minha esposa, com os meus filhos, com o meu trabalho, com o uso do meu tempo livre e do dinheiro, se muda todas as dimensões da minha existência, e as vai convertendo em mais humanas, mais

cheias de gosto, de amor, de alegria e esperança. De tal a suprema lei da caridade, que para a Igreja é mandamento, sacramento, que se vai convertendo em forma determinante de toda a nossa existência, expressão verdadeira e fecunda da nossa fé, selo da nossa identidade cristã.

O que é a conversão senão “o dom de reconhecer-se pecador” e de confiar-se pedinte à graça de Deus, para ter Cristo presente no quadro da nossa vida, iluminando-a, mudando-a, não obstante as nossas distrações, resistências e quedas, fazendo-a crescer em humanidade, em amor e verdade, em felicidade e esperança? O Papa convida-nos a libertarmo-nos, pela graça de Deus, dos nossos ídolos para readquirir a liberdade dos filhos de Deus. Convida-nos a crescer sempre como seus discípulos-missionários, as testemunhas de uma surpreendente novidade de vida segundo o Evangelho.

### O ENCONTRO COM OS POBRES

O Papa Francisco recorda-nos sempre que esse encontro com Cristo realiza-se certamente na Eucaristia, na escuta da Sua Palavra, na comunhão dos fiéis, numa disciplina pessoal de oração, mas é um encontro que não pode ficar dissociado de outro encontro fundamental que é o encontro com os pobres. A pobreza, para nós cristãos, afirmou o Santo Padre em 18 de maio de 2013, “não é uma categoria sociológica ou filosófica e cultural: não, é uma categoria teológica: diria que é a primeira categoria, pela qual esse Deus, o Filho de Deus, baixou-se, fez-se pobre para caminhar connosco (...). E esta é a nossa pobreza: a pobreza da carne de Cristo (...). Uma Igreja pobre para os pobres começa por ir até à carne de Cristo”. Os pobres são “a segunda eucaristia do Senhor”, disse algum Padre da Igreja. Não é em vão que o Papa Francisco recapitula toda a mensagem cristã em dois protocolos fundamentais para o nosso discipulado-missionário, para o nosso testemunho, para a nossa salvação: um é o das “bem-aventuranças” e o outro é o do evangelho de Mateus quando se lê: “(...) Senhor, quando te vimos com fome e te demos de comer? Ou quando te vimos com sede e te demos de beber? Ou quando te vimos forasteiro e te demos alojamento, ou sem roupa e te vestimos? E quando te vimos doente ou na prisão e fomos ver-te? (...). Asseguro-vos que tudo o que fizeram por um destes irmãos a mim mesmo o fizestes” (Mt. 25, 31-43). Este amor preferencial pelos pobres não é um “opcional” mas sim uma exigência evangélica invisível para todos os que se confessam cristãos. Dizia-o São Paulo VI na sua alocução no início da II Sessão do Concílio Vaticano II, em 29 de Setembro de 1963: A nossa Mãe Igreja olha “em particular para essa parte da humanidade que sofre e chora, porque sabe que estas pessoas lhe pertencem por direito evangélico”. Não pode virar-lhes as costas. Os sucessivos pontífices destacaram sempre este amor preferencial pelos pobres e pelos que sofrem. O atual Papa, com os seus gestos e palavras, no dramático cotidiano, convida-nos a ir ao encontro dos pobres, dos pobres muito concretos, e cara a cara, tocando nas suas chagas, cheios de comoção, ternura e caridade. São os rostos dos novos escravos do nosso tempo, como as crianças e garotas submetidos a todo o tipo de abusos sexuais, explorados no trabalho desde tenra idade ou



integrados em redes de mendicidade e até utilizados como correios de drogas, as mulheres escravizadas para o negócio da prostituição ou que sofrem violências cotidianas dentro das paredes domésticas, as reduzidas a ser “servas” dos “donos”, os imigrantes que são objecto de traficantes sem escrúpulos e que têm de aceitar condições miseráveis de vida e trabalho, os que são mão-de-obra brutalmente explorada em oficinas clandestinas de trabalho “informal”. Os que também são considerados “material de refugo”, “insolentes”, “excluídos” como os “descartados” desde o seio materno pelo crime abominável do aborto, as crianças abandonadas a viver nas ruas, os jovens que não trabalham nem estão escolarizados e aos quais não se abre outro horizonte a não ser a integração nas redes da delinquência e do narcotráfico, a multidão dos desocupados que vêem a sua dignidade humana prejudicada (muitos deles excluídos perpetuamente do mercado laboral) ou que sofrem uma extrema precariedade laboral e existencial sem que alguém se ocupe deles, os toxicodependentes vagueando pelas ruas da cidade, os refugiados que não podem regressar ao país de onde vieram e concentram nos seus acampamentos multidões de despojados que não são recebidos por nenhum governo de outros países, as grandes massas de população que vivem na miséria e que até passam fome, os migrantes qualificados de supérfluos nos seus países de origem, os sem teto e os que sobrevivem trabalhando e alimentando-se de lixo, os idosos e os doentes abandonados para os quais se pratica, muitas vezes, formas “legais” ou encobertas de eutanásia.

São pobres bem concretos e não discursos estadísticos sobre a pobreza para tecnocratas, nem retóricas exaltadas para aquecer cabeças de um pauperismo ideológico, nem uma mera filantropia que pode ser boa para uma ONG mas muito insuficiente para a Igreja.

Os cristãos não podem ignorar os muitos “Lázarus” que estão às nossas portas, nas nossas ruas, nos nossos campos e montanhas. Não podemos voltar a cara para não os ver e encerrarmo-nos na nossa indiferença de privilegiados.

### CARIDADE DAS OBRAS, CARIDADE POLÍTICA

A essa caridade cara a cara, o Papa Francisco acrescenta inseparavelmente “uma caridade das obras”, para atender de uma forma duradoira e mais eficaz às necessidades dos pobres. Não é em vão que o Papa Francisco pôs novamente em relevo na vida da Igreja a importância das obras espirituais e materiais da misericórdia. Se às vezes são realizadas de pessoa a pessoa, muitas outras requerem que essa caridade se expresse em obras, nas quais, por outro lado, se aplicam os princípios de subsidiariedade e solidariedade tão presentes na doutrina social da Igreja. “Obras são amores”, diz o refrão popular.

Enfim, existe também e é muito necessária uma “caridade política”. Desde o Papa Pio XII os sucessivos pontífices têm falado da política como “alta forma de caridade”, enquanto serviço desinteressado para o bem comum das nações e especialmente dos

pobres. Trata-se da “boa política” e não das suas formas de corrupção e degeneração que abundam por todos os lugares.

Porque não basta assistir aos pobres nas suas necessidades imediatas, mas sim conhecer também mais a fundo, discernir e enfrentar as causas que estão continuamente gerando situações de pobreza, e inclusivamente indignância, configurando muito extremas e iníquas condições de desigualdade social na convivência. Trágica contradição do nosso tempo é que, quanto mais aumentam as possibilidades de progresso tecnológico e económico, tanto mais há multidões que não podem aceder aos seus benefícios. O Papa exclamou muitos “nãos” rotundos “a uma economia da exclusão e da iniquidade”, mesmo a uma economia “que mata” (cfr. E.G. 32 e ss.), levantando a sua voz profética contra as idolatrias do dinheiro e o egoísmo que está na sua raiz. Mais ainda: o modo como enfrenta e intenta resolver a situação dos pobres é um juízo e medida de toda a boa (ou má) política.

### CATÓLICOS NA CENA PÚBLICA

Por isso mesmo, o Papa Francisco destaca o respeito, outra exigência que é muito própria dos laicos. “Muitas vezes temos caído na tentação de pensar que o laico comprometido é aquele que trabalha nas obras da Igreja e/ou nas coisas da paróquia ou da diocese e pouco temos refletido como acompanhar um baptizado na sua vida pública quotidiana (...)”, escreveu na sua carta ao Cardeal Ouellet. Em que ficou a responsabilidade peculiar dos laicos “administrar e ordenar os assuntos temporais segundo Deus”? (L.G. 31, G.S. 43). Acaso não é o mundo, é “o âmbito e o meio da vocação dos cristãos laicos”, enquanto realidade destinada a obter em Cristo a plenitude de significado e de vida? (cfr CHL.).

Claro que, o da “índole secular” não é exclusivo para caracterizar a tarefa dos fiéis laicos. Toda a Igreja vive no “século” e é sacramento para o mundo, mas os fiéis laicos estão chamados a ser como avançados que abrem caminhos ao Evangelho nas mais diversas fronteiras da construção de uma ordem social justa. Se bem que é muito claro que corresponde à hierarquia eclesial ensinar e interpretar autenticamente os princípios morais que devem guiar a conduta e opções dos fiéis na “cidade” e que iluminam a sua construção até ao bem comum, corresponde aos fiéis laicos, “com a própria iniciativa e sem esperar ordens e directivas, penetrar com espírito cristão a mentalidade e os costumes, as leis e as estruturas da comunidade em que vivem” (Populorum Progressio, n. 81).

Não obstante tudo isso, precisamente quando começavam a superar-se as ondas de secularização dos clérigos, tornava-se cada vez mais notória uma certa tendência de clericalização dos laicos. Na sua carta, o Papa Francisco fala de uma “tendência à funcionalização do laicado (...), tratando-o como ‘mensageiros’”. Era perceptível por toda a parte a desproporção entre a necessária e generosa disponibilidade de muito numerosos laicos como animadores litúrgicos e de comunidades cristãs, catequistas,

colaboradores dos poucos sacerdotes nas paróquias, “agentes pastorais revestidos dos mais diversos “ministérios não ordenados”, participantes de vários organismos, conselhos e escritórios no âmbito eclesial, por uma parte e, por outra, a diáspora muitas vezes conformista, anônima, irrelevante dos laicos católicos no mundo do trabalho e economia, da política e cultura, dos meios de comunicação social, etc. A tal ponto, que alguns laicos começam a considerar mais importante para a sua vida cristã, para a sua participação na missão da Igreja, se têm, ou não, voto consultivo ou deliberativo neste ou naquele organismo eclesial, se podem, ou não, exercer função pastoral, do que o facto de tomar cada dia decisões importantes na vida familiar, laboral, social e política. Correlativamente, os sacerdotes terminam considerando mais os laicos como meros colaboradores paroquiais e pastorais que, mediante modalidades de educação, valorização, apoio, por parte da comunidade cristã, da sua presença “secular” na procura da construção de formas de vida mais humanas.

Não se trata obviamente de desprezar a muito positiva e generosa co-responsabilidade dos laicos na edificação das comunidades cristãs, mas resulta muito interpelante o que o Papa Benedicto XVI expressara no seu discurso inaugural de Aparecida e que fora retomado pelo Episcopado latino-americano no seu documento conclusivo (cujo chefe de redacção foi então o Cardeal Jorge Mario Bergoglio): há “uma notável ausência no âmbito político, comunicativo e universitário de vozes e iniciativas de líderes católicos de forte personalidade e de vocação abnegada que sejam coerentes com as suas convicções éticas e religiosas”. Desta retirada eclesial dos laicos, em “curar coisas” como diz o Papa Francisco, deve ter-se presente muitos factores. Já o Concílio Vaticano II falava do “divórcio entre” a fé e a vida (...)” e a Exortação apostólica “Christifideles laici” de “duas vidas paralelas: por uma parte, a chamada “vida de família, de trabalho, de relações sociais, do compromisso político e da cultura” (n. 59). Com frequência a fé professada vai-se reduzindo a um catálogo de ritos. Doutrinas, preceitos morais e procedimentos pastorais, sem ser concebida nem experimentada como acontecimento de um encontro surpreendente com Cristo, que abraça e vai transformando toda a vida do batizado.

“Que significa para nós, pastores - escreve o Papa Francisco na sua carta - que os laicos estejam trabalhando na vida pública? Significa procurar a maneira de poder incentivar, acompanhar e estimular todas as intenções, esforços que já hoje se fazem para manter viva a esperança e a fé num mundo cheio de contradições, especialmente para os mais pobres, especialmente com os mais pobres”. O Papa pede aos pastores para abrir portas, trabalhar com eles, dormir com eles, reflexionar e especialmente rezar com eles. Não “fazer” presenças nos conselhos de planos pastorais, mas reconhece-las, acompanhá-las, segurá-las. Significa ter consciência que, pela sua pertença ao Santo Povo de Deus, não falta a estes laicos as propostas do Espírito Santo. Significa estar atentos aos sinais da presença de Deus no âmbito da “cidade”, onde se concentra e implanta a vida concreta da gente, presente “nos cidadãos”, promovendo a caridade, a fraternidade, o desejo do bem, da verdade, da justiça. A desatenção é sinal de clericalismo.

Há outra observação muito importante na carta do Papa. Sabe o Pastor universal “que o laico pela sua própria realidade, pela sua própria identidade, por estar imerso no coração

da vida social, pública e política, por estar no meio de novas formas culturais que se geram continuamente, tem exigência de novas formas de organização e de celebração da fé (...). Isto requer imaginar espaços de oração e de comunhão com características novas, mais atrativas e significativas (...)", segundo os diferentes contextos, sem cair no risco de "dar diretivas gerais para uma organização do Povo de Deus dentro da sua vida pública". Procurar essas novas formas de convocação, companhia e suporte resulta muito importante para evitar uma diáspora que deixa sozinhos e que tende a "moldar-se ao tempo presente". Para quem assume responsabilidades públicas, muitas vezes absorventes, não basta a presença dominical nas paróquias, mas necessitam a incorporação em algumas formas de comunidades vivas nas quais possa partilhar a sua vida à luz da fé, alimentá-la e rezá-la. Ter presente as carências dessa presença nos espaços públicos e a concreta situação que vivem os laicos no seio da cidade, sem se aborrecer efetivamente na procura dessas novas formas de celebração, reflexão, oração e comunhão, é sinal do clericalismo a que se refere o Santo Padre, que "restringe as diferentes iniciativas, esforços e até me animo a dizer, ousadias necessárias para poder levar a Boa Nova do Evangelho a todos os âmbitos da tarefa social e especialmente política" (...), apagando o fogo profético.

Hoje, mais que nunca, requer-se uma substituição de dirigentes dos acontecimentos públicos e a originalidade da presença e contribuição dos católicos na dialética democrática em busca do bem comum.

Agradeço-vos a paciência e rezo para que Nossa Senhora de Fátima, que escolheu humildes pastorezinhos como seus mensageiros, cuide de todos vós no precioso trabalho de expandir a caridade pelo mundo (como o queria, desde as vossas origens, Frederico Ozanam).

Prof. Guzmán M. Carriquiry Lecour

Secretário encarregado da Vice-Presidência da  
Pontifícia Comissão para a América Latina

Tradução: Isolda Calderón